OEA/Ser.W

CIDI/doc. 395/23 rev.2

30 agosto 2023

Original: inglês

**AGENDA ANOTADA PARA A**

**QUARTA REUNIÃO INTERAMERICANA DE MINISTROS E ALTAS AUTORIDADES**

**DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**Ação climática: a criação de uma agenda hemisférica para garantir o nosso futuro**

**Nassau, Bahamas, 3 e 4 de outubro de 2023**

(Aprovada na sessão ordinária de 29 de agosto de 2023)

1. **ANTECEDENTES**

O propósito deste documento é delinear os temas e subtemas propostos para debate na Quarta Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável, a realizar-se no âmbito do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral da Organização dos Estados Americanos com o tema “**Ação climática: a criação de uma agenda hemisférica para garantir o nosso futuro”**. Propõe-se que os ministros e as altas autoridades de desenvolvimento sustentável examinem o tema da ação climática, com o objetivo de definir políticas, atividades, projetos e outros resultados inovadores orientados para soluções que coloquem as Américas no caminho certo para abordar melhor as causas da mudança do clima e a resiliência aos seus efeitos. Essa reunião ministerial está programada para ocorrer nas Bahamas em 3 e 4 de outubro de 2023.

Em dezembro de 2022, 194 países haviam ratificado o Acordo de Paris[[1]](#footnote-1)/, cujo objetivo é manter a temperatura média mundial bem abaixo de 2°C e o mais próximo possível de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais[[2]](#footnote-2)/. O Relatório do Secretário-Geral da ONU revelou que (1) a temperatura média mundial em 2018 estava aproximadamente 1°C acima dos níveis pré-industriais e (2) que em 2017 as concentrações atmosféricas de dióxido de carbono estavam 186% acima dos níveis pré-industriais. Esse relatório conclui que, para que o aquecimento global seja limitado a 1,5°C, as emissões mundiais de carbono terão que cair para 55% dos níveis de 2010 até 2030 e continuar um declínio acentuado para atingir emissões líquidas zero até 2050[[3]](#footnote-3)/.

Os impactos observados e previstos da mudança do clima incluem furacões mais intensos, mudanças nos padrões pluviométricos e elevação do nível do mar, que geram perdas e danos econômicos e não econômicos em todo o continente, afetarão negativamente os pobres e comprometerão seus direitos sociais, econômicos e ambientais, além de ameaçar a segurança nacional e hemisférica. As comunidades desfavorecidas, as mulheres, as pessoas com deficiência e outros segmentos carentes da população enfrentam esses desafios de forma muito particular. Como a mudança do clima exerce mais pressão sobre a disponibilidade de água e alimentos e exacerba os perigos naturais — como ciclones tropicais, enchentes e secas, entre outros —, prevê-se que as condições necessárias para garantir a vida e os meios de subsistência piorarão, com implicações negativas para a segurança civil, a capacidade de obter renda, a dignidade, os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Além dos efeitos da mudança do clima que já estão sendo sentidos e daqueles previstos, os esforços mundiais para combater essas ameaças foram afetados por outros acontecimentos. Em particular, a pandemia de covid-19 e a invasão russa da Ucrânia não fizeram mais que exacerbar esses efeitos, ao mesmo tempo em que demonstraram o quanto o mundo como um todo e nosso Hemisfério em particular são vulneráveis e dependentes de terceiros para manter sua segurança alimentar e energética e continuar promovendo o crescimento econômico. Uma abordagem que enfatize o fortalecimento da integração e da cooperação hemisférica contribuirá para mitigar as mudanças do clima e aumentar a resiliência a seus efeitos. Há um consenso de que um caminho verde que promova investimentos neutros em carbono, empregos justos e verdes, redução da poluição, infraestrutura sustentável e resiliente e que atraia investimentos privados é a maneira de garantir a sustentabilidade de longo prazo e uma recuperação inclusiva para todos.

É exatamente por isso que faz sentido trabalharmos juntos como região das Américas e abordarmos as causas e os efeitos comuns das mudanças do clima, ao mesmo tempo em que alcançamos nossa tão almejada sustentabilidade e crescimento econômico, mas sem destruir os ecossistemas que nos dão ar, alimentos e água. Portanto, é urgente uma abordagem integral baseada na cooperação, é urgente contar com mecanismos de financiamento climático melhores e mais transparentes, e é urgente também uma transferência justa de tecnologia e melhores práticas [[4]](#footnote-4)/.

Em consonância com esses objetivos, a OEA ergue-se como entidade fundamental na promoção de uma resposta hemisférica unificada às mudanças do clima. Conforme articulado em seu Plano Estratégico Integral (2023-2025)[[5]](#footnote-5)/, a Organização convoca ministros e altos funcionários para tratar de adversidades comuns, idealizar soluções e definir prioridades de ação coletiva. Para tanto, a próxima Quarta Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável é proposta como a plataforma ideal para dar forma a uma estratégia hemisférica de mudança do clima e determinar o papel adequado da OEA na facilitação dessas iniciativas.

Além disso, propõe-se que essa reunião sirva para reunir as autoridades pertinentes a fim de delinear uma proposta de ação coletiva hemisférica para enfrentar os desafios da mudança do clima. Servirá como o início de um programa hemisférico mais ambicioso que buscará elaborar o **Plano de Ação Climática** **para as Américas** para o desenvolvimento de ações técnicas setoriais que possam ser coordenadas pela Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral, por meio de seu Departamento de Desenvolvimento Sustentável. Esse plano de ação poderá ser compartilhado com o resto do mundo na Vigésima Oitava Conferência das Partes (COP 28), a realizar-se em Dubai (Emirados Árabes Unidos) no final de 2023.

1. **TEMA PROPOSTO PARA A REUNIÃO MINISTERIAL**
2. **Ação climática: a criação de uma agenda hemisférica para garantir o nosso futuro**

As nações da América Latina e do Caribe são mais vulneráveis aos efeitos devastadores da mudança do clima. Uma agenda hemisférica de desenvolvimento sustentável centrada nas ações necessárias para combater a mudança do clima impulsionará os esforços dos Estados membros para conter as emissões de gases de efeito estufa, reforçar a adaptação e aumentar a resiliência. Em conjunto, as ações que cada Estado membro tome para enfrentar o desafio climático servirão de base para o avanço de uma agenda hemisférica ambiciosa que fortalecerá a posição coletiva do Hemisfério nas negociações sobre a mudança do clima.

O tema central da reunião ministerial compreende os seguintes subtemas:

1. **Adaptação à mudança do clima: melhoria da resiliência e da resposta aos desastres naturais e aos impactos da mudança do clima**

Os impactos observados e previstos da mudança do clima englobam o aumento da frequência e da intensidade dos furacões, mudanças nos padrões pluviométricos, extremos de temperatura, secas e elevação do nível do mar. As principais prioridades prontas para o debate ministerial são as seguintes:

* Soluções baseadas na natureza (água, oceanos e biodiversidade)
* Adaptação à mudança do clima e redução de riscos, com foco nas comunidades locais
* Acesso à ciência e aos dados sobre o clima
* Urbanismo e infraestrutura
* Políticas públicas para responder a desastres naturais, centradas em direitos humanos, justiça e igualdade de gênero.
* Gestão integrada dos recursos hídricos e segurança alimentar e nutricional
* Melhoria dos conhecimentos das comunidades locais e indígenas

1. **Mitigação da mudança do clima: ações para reduzir e capturar as emissões de gases de efeito estufa**

A descarbonização da economia por meio da redução das concentrações atmosféricas de emissões de gases de efeito estufa é fundamental para atingir os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris de 2015. Em termos de mitigação, também são fundamentais os esforços para preservar e melhorar o sequestro de carbono por meio das funções dos ecossistemas terrestres e marinhos e da biodiversidade. As principais prioridades prontas para o debate ministerial são as seguintes:

* Transição para soluções de energia limpa
* Políticas e planejamento em matéria de energia renovável e eficiência energética
* Proteção e conservação dos ecossistemas terrestres e marinhos
* Integração dos sistemas elétricos
* Agricultura regenerativa e sustentável
* Políticas e incentivos para apoiar a inovação no desenvolvimento com baixas emissões de carbono
* Planejamento, incentivos e políticas (como os preços do carbono, incentivos fiscais, créditos de carbono, comércio de direitos de emissão) para a energia e a indústria com baixas emissões de carbono
* Transporte sustentável e mobilidade elétrica
* Desenvolvimento de capacidades inteligentes em relação ao clima

1. **Financiamento climático: medidas para melhorar o acesso ao financiamento climático nas Américas**

O financiamento destinado a apoiar os investimentos em mitigação e adaptação é essencial para fazer frente aos desafios impostos pela mudança do clima. Os países desenvolvidos e o setor privado estão muito interessados em investir na descarbonização e na transição. As principais prioridades prontas para o debate ministerial são as seguintes:

* Transparência e harmonização dos processos de solicitação de financiamento climático
* Capacidade ou experiência na aquisição ou gestão de financiamento climático
* Capacidade institucional para permitir o acesso ao financiamento climático e a sua gestão
* Redução do risco de financiamento das infraestruturas e de outros ativos-chave
* Programa Hemisférico de Apoio ao Acesso ao Financiamento Climático (Hub)
* Compromisso do setor privado

1. **Cooperação e integração hemisféricas para enfrentar a crise climática e garantir o desenvolvimento sustentável de longo prazo**

O aumento do poder de negociação do Hemisfério no cenário mundial (especialmente no âmbito dos novos fundos a serem negociados na COP 28) e o fortalecimento da cooperação e da integração em todo o continente americano servirão para reforçar a resposta coletiva do Hemisfério à crise climática. As principais prioridades prontas para o debate ministerial são as seguintes:

* Visão hemisférica compartilhada do desenvolvimento sustentável
* Sólida coordenação interinstitucional e fluxo de informações
* Recursos climáticos e limitações de capacidade
* Consenso em torno dos esforços de integração institucional
* Tomada de decisões baseada em provas científicas e orientada pelos princípios de equidade e justiça social
* Diálogo, cooperação e intercâmbio de conhecimentos entre os Estados membros, a sociedade civil e as organizações regionais

1. **Consideração do projeto de declaração das Bahamas (Declaração Interamericana de Prioridades sobre Ação Climática) e do projeto de plano de ação (Plano de Ação Climática para as Américas)**
2. **OBJETIVOS DA REUNIÃO**
3. Influenciar os ministros da América Latina e do Caribe e as autoridades de alto nível das Américas para que desenvolvam uma visão comum sobre a mudança do clima e elaborem o Plano de Ação Climática para as Américas.
4. Reforçar o compromisso do Acordo de Paris para a ação climática em vários níveis e comprometer-se a acelerar a ação climática, a proteção dos recursos hídricos, a energia limpa e acessível, a gestão do risco de desastres e o uso sustentável da biodiversidade, inclusive nas áreas de mitigação, adaptação e financiamento climático.
5. Promover o diálogo e a cooperação interamericana em matéria de desenvolvimento sustentável em torno da execução do Plano de Ação Climática para as Américas e das diversas decisões decorrentes da Nona Cúpula das Américas, “Construindo um futuro sustentável, resiliente e equitativo” (EUA 2022), da Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável (Bolívia 1996) e de outras Cúpulas.
6. Delinear políticas, atividades, projetos e outros resultados orientados a soluções que guiem o trabalho da Secretaria-Geral da OEA (SG/OEA) em campo e contribuam para que as Américas abordem melhor as causas da mudança do clima e a resiliência aos seus impactos.
7. Promover uma visão compartilhada da SG/OEA para a COP 28, que se realizará em Dubai (Emirados Árabes Unidos) em novembro-dezembro de 2023.
8. **RESULTADOS ESPERADOS**
9. Adoção da Declaração Interamericana de Prioridades sobre Ação Climática **(Declaração das Bahamas)** que estabeleça as principais linhas de ação para enfrentar os desafios da mudança do clima e um plano de ação para sua implementação.
10. Assinatura de um compromisso por ministros e altas autoridades de desenvolvimento sustentável, delineando uma estratégia hemisférica comum para lidar com a mudança do clima. Essa estratégia enfatizaria as preocupações/necessidades comuns do Hemisfério, ao mesmo tempo em que destacaria os vínculos cruciais entre o clima e o desenvolvimento econômico e o fortalecimento da democracia nas Américas.
11. Expansão e consolidação de alianças estratégicas e iniciativas para promover a cooperação hemisférica e a integração, a fim de apoiar a implementação do Plano de Ação Climática para as Américas.
12. **ESTRUTURA DA REUNIÃO**

A reunião ministerial proporcionará um fórum para que os Estados membros compartilhem experiências e servirá para promover o diálogo entre os ministros e as mais altas autoridades em matéria de desenvolvimento sustentável. Nas sessões plenárias, será abordado cada um dos temas propostos para o diálogo com a finalidade de facilitar o cumprimento dos objetivos da reunião ministerial.

Sem prejuízo das sessões de abertura e encerramento, a reunião ministerial incorporará sessões plenárias de alto nível sobre cada uma das quatro áreas substantivas de debate, ou seja, adaptação à mudança do clima, mitigação, financiamento e integração, e cooperação hemisférica. Nessas sessões plenárias, ministros e autoridades de alto nível, representantes de instituições financeiras internacionais e peritos em mudança do clima do meio acadêmico, organizações internacionais e organizações da sociedade civil debaterão sobre experiências e desafios em relação à ação do clima e compartilharão possíveis opções para a implementação dos compromissos consagrados nos documentos políticos finais da reunião ministerial, inclusive por meio da cooperação para o desenvolvimento. Cada sessão plenária começará com um apelo à ação feito por um defensor da ação climática.

Está previsto que, ao final da reunião ministerial, os participantes definam a data e o local da Quinta Reunião Interamericana de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável e adotem a Declaração das Bahamas, que conterá os principais acordos políticos alcançados na reunião, bem como o Plano de Ação Climática para as Américas.

CIDRP03976P01

1. . [UNTC](https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XXVII-7-d&chapter=27&clang=_en) [↑](#footnote-ref-1)
2. . Condições climáticas experimentadas entre 1850 e 1900 [(https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/06/SR15\_AnnexI\_Glossary.pdf)](file:///\\falcon5\apps\corresp\doc\EDIAZ\(https:\www.ipcc.ch\site\assets\uploads\sites\2\2019\06\SR15_AnnexI_Glossary.pdf)) [↑](#footnote-ref-2)
3. . IEA, *Net Zero by 2050* (<https://www.iea.org/reports/net-zero-by-2050>) [↑](#footnote-ref-3)
4. . OEA. Disponível em: https://testing-guimea.s3.amazonaws.com/Documento-Publicacion/2cnnBAPlmfJGWnACg9wQGN27BI6NfbnbDrnxsqiV.pdf [↑](#footnote-ref-4)
5. . Aprovado pelo Conselho Permanente na sessão ordinária realizada em 3 de maio de 2023. [↑](#footnote-ref-5)